

MAIS UM PROCESSO DISCIPLINAR

A saga continua, camaradas...

Ontem, 5 de Julho, o **Vice-presidente da direcção da ANS, SMOR David' Pereira**, da Armada, foi notificado como arguido num **processo disciplinar** por, no passado dia 11 de Maio, na condição de dirigente associativo e no decorrer da Vigília Nacional, ter prestado declarações à imprensa e ter comparecido junto dos camaradas da Reserva e Reforma que estavam em vigília junto à residência oficial do Primeiro-ministro, para lhes dar um abraço de solidariedade.

Recorde-se que este é já o **24º processo** instaurado a dirigentes associativos e outros militares na vigência deste Governo, constituindo-se num clima de perseguição que todos julgávamos já ultrapassado, depois de em 2001 ter sido alterado o tristemente célebre Artigo 31º e implementado o associativismo socioprofissional militar.

E OUTRO QUE SE AVIZINHA...

Por outro lado, está já em curso o 25º processo pois sabemos que por motivos idênticos, está também a ser alvo de um processo de averiguações o Presidente da Associação de Praças da Armada, Cabo Luís Reis, que o ano passado foi punido com três dias de detenção e foi igualmente envolvido num processo de averiguações no âmbito do EMGFA.

SOLIDARIEDADE

Assim é evidente que teremos que continuar a levar a efeito iniciativas de solidariedade com os camaradas alvos desta perseguição e das quais iremos dando conta.

A primeira iniciativa que propomos é que os camaradas que assim o entendam se solidarizem com o nosso camarada David' Pereira preenchendo a minuta de declaração que se anexa a esta mensagem e que façam chegar essa declaração à nossa sede, por Correio ou por mão própria, de acordo com as instruções que se anexam.

Teremos também que reactivar o **Fundo de Solidariedade**. Este Fundo atingiu cerca de 9500 Euros, mas começaram já a ser pagas as primeiras despesas com a entrada de alguns dos processos em tribunal pelo que é importante que continuemos a alimentá-lo.

ENCONTRO DE MILITARES

Também estes processos servem de razão acrescida para nos motivarmos e motivarmos todos os camaradas a participarem no **Encontro de Militares** no próximo dia **12 de Julho, Quarta-feira**, pelas **20H30**, no **Pavilhão do Belenenses**, situado no Restelo, em **Lisboa**.

Pela gravidade do momento que atravessamos, apelamos à divulgação e comparência neste encontro, nomeadamente aos camaradas dos núcleos mais distantes que, tal como em iniciativas anteriores, se organizem em transportes colectivos ou viaturas particulares de forma a assegurarem a vossa presença também nesta iniciativa.

Este encontro organizado pelas AS MIR, ANS, AOFA e APA é dirigido a Oficiais, Sargentos e Praças dos três Ramos das Forças Armadas, do QP, RC e RV, activo, reserva e reforma, bem como às suas famílias, e visa fazer um ponto da situação sobre os acontecimentos deste último ano, promover o debate em torno dos principais problemas que nos atingem e das medidas que o Governo pretende implementar nas Forças Armadas, à imagem do que vem acontecendo com a Administração Pública.

E a verdade é que temos aí a **Lei da Mobilidade na Administração Pública** que, ao contrário do que muitos julgam ou querem crer, também é para aplicar nas Forças Armadas, como pudemos confirmar através do Chefe do Grupo de Trabalho para a reconstituição das carreiras, TGEN Pinto Ramalho e do Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do MDN, Dr. Alberto Coelho.

E O QUE É ISTO DA LEI DA MOBILIDADE?

Esta Lei que o Governo pretende implementar a breve prazo e que tem suscitado fortes críticas e protestos por parte dos organismos representantes dos trabalhadores, insere-se no PRACE (Programa para a Reforma da Administração Central do Estado). Com a reestruturação dos serviços serão criadas bolsas de pessoal excedentário que adquirem o nome pomposo de pessoal em Situação de Mobilidade Especial.

Esse pessoal irá para casa. Nos primeiros dois meses recebe o vencimento por inteiro, sendo depois reduzido o vencimento em 1/6 e ao fim de um ano em 1/3.

Durante esse período ser-lhe-ão propostas acções de formação para requalificação profissional, podendo mesmo levar ao reinício de funções e de carreira, de acordo com as necessidades do Estado. Se essas propostas forem sendo rejeitadas o vencimento vai sofrendo penalizações. No limite, esta Lei prevê a passagem à licença ilimitada com 1/3 do vencimento e até mesmo a aplicação de procedimentos disciplinares que conduzam à desvinculação.

Se considerarmos que existem já nas Forças Armadas umas centenas largas de camaradas nos quadros de supranumerários, que o Governo pretende encerrar e vender muitas unidades militares, vender aviões e helicópteros, vender fragatas, em suma reduzir a estrutura das Forças Armadas e que já o ano passado o anterior Ministro, Luís Amado, nos tinha entregue uma proposta de Decreto-lei, que nos integrava no Regime Geral da Segurança Social onde passaríamos a ter direito a Subsídio de Desemprego, verificamos que este enorme *puzzle* se vai encaixando...

Se relacionarmos tudo isto, com a notícia falaciosa e manipulada que saiu ontem no Correio da Manhã, com direito a primeira página e que foi também divulgada no Diário Digital e na SIC Online, em que era referido que os Militares em excesso custavam ao País 250 milhões de Euros por ano e que até tinham direito a descontos nos transportes públicos (!), vê-se bem que mais não é do que uma preparação do terreno e formatação da opinião pública para a implementação das medidas. Já conhecemos esta tática...

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Outra medida que nos preocupa é a aplicação às Forças Armadas do **Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública**.

Este sistema de avaliação passará a influenciar directamente não só a progressão na carreira, mas também a progressão de escalões e até o valor do próprio vencimento.

Assim é a intenção do Governo, e também sobre este sistema nos foi entregue uma proposta de Decreto-lei no ano passado.

A verdade é que, por estranho que pareça, já há camaradas nossos colocados no MDN que estão a ser notificados por carta para serem integrados neste novo sistema de avaliação.

PARTICIPAR! INTERVIR! RESISTIR!

É assim, camaradas!

A cada dia que passa temos mais motivos e razões para nos preocuparmos com o nosso futuro e mantermos a resistência à implementação de medidas lesivas da Condição Militar.

Não podemos baixar os braços!